

PROPOSTA DE MOÇÃO À 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Moção em favor da criação da Carreira Única de Estado no Sistema Único de Saúde (SUS) visando a sua consolidação como política pública de Estado

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), representante dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, compreende que a 17ª Conferência Nacional de Saúde é um espaço privilegiado para a aprovação de propostas que visam o fortalecimento das políticas públicas, do Estado de Direito e do Estado de Bem-Estar Social.

Desta forma, apresenta, por meio desta Moção, a defesa da proposta que visa a criação da Carreira Única de Estado no Sistema Único de Saúde (SUS) visando sua consolidação como política pública de Estado, referendada nas diretrizes contidas na Constituição Federal de 1988.

A CNTSS/CUT defende o debate sobre a profissionalização da gestão pública do SUS – incentivando a qualificação profissional e a dedicação exclusiva - com a priorização da ocupação dos cargos por servidores de carreira. A Confederação evoca a necessidade de eliminar a precarização nas relações e contratações de trabalho, que leva às terceirizações do trabalho e gestão, entendidas como nocivas ao Sistema, aos trabalhadores e colocam em risco o atendimento.

A “entrega” destas atribuições ao setor privado causa a extinção de empregos públicos. A defasagem no número de servidores públicos em inúmeras áreas do Sistema nos níveis federal, estadual e municipal evidencia a urgência de realização de concursos públicos para reposição da mão de obra.

A CNTSS/CUT reafirma a defesa da “Mesa Nacional Permanente de Negociação do SUS”, espaço que também faz parte, como fundamental para a valorização dos profissionais, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento do SUS, ao criar estruturas voltadas à sua consolidação como política de Estado. É vital a democratização nas relações de trabalho e nos processos negociais.

A valorização dos profissionais do SUS deve estar entre as prioridades da 17ª Conferência Nacional de Saúde. É preciso garantir recuperação salarial destas inúmeras categoriais profissionais e mais infraestrutura física e tecnológica que possibilitem o desempenho de suas funções de maneira mais eficaz, de forma mais ágil e a partir de melhores condições e relações de trabalho.

É preciso aprofundar o debate sobre liberdade sindical, a livre organização e o direito à greve aos servidores públicos. Devemos aprofundar a discussão sobre as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a de nº 87, sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização, e a de nº 151, que trata do direito à organização sindical e negociação coletiva no setor público. A procrastinação para deliberar sobre estes temas faz com que a estabilidade do servidor permaneça sendo atacada.

A 17ª Conferência Nacional de Saúde não pode se furtar a deliberar sobre avanços na defesa de gênero. A Saúde é prioritariamente feminina. É preciso pensar políticas de gênero capazes de responder às demandas específicas, ao mesmo tempo em que devem absorver a subjetividade da luta feminina. Um mesmo olhar deve ser dado às especificidades presentes nas lutas pelos direitos LGBTQIA+.

O fenômeno da investida do capital internacional na área da saúde carece de uma reflexão cuidadosa. Megas estruturas que atingem o setor de saúde privada comprometem também a estrutura do SUS. Tal situação atinge os trabalhadores por reconfigurar drasticamente os métodos e relações de trabalho, o mercado de contratação e as lutas sindicais.



Brasília – julho de 2023